

Brasília-DF, 25 de agosto de 2026



Sindicalismo lança Manifesto pró-Lula



Assinaturas de adesão ocorrem por meio da internet

O sindicalismo colhe, pela internet, assinaturas em apoio a Lula. O movimento utiliza as redes sociais para divulgar o texto e colher subscrições. Lançamento ocorreu dia 16, quando da abertura da campanha de Lula-Alckmin na Vila Euclides, São Bernardo do Campo – SP.

A candidatura de Lula tem apoio quase unânime do movimento sindical, que viu, neste terceiro mandato, grande parte de suas reivindicações ser atendida, entre as quais política de aumento real para o salário mínimo e isenção do IR para salários até R\$ 5 mil.

Agora, o sindicalismo, com apoio de Lula, batalha no Senado para fazer aprovar a PEC 221, que acaba com a escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais.

ASSINE – Clique aqui –
<https://preceder.com.br/sindcomlula/>

MANIFESTO “Por um Brasil soberano e justo, com trabalho decente, direitos e desenvolvimento”.

Nós, sindicalistas de diversas categorias profissionais, entidades, setores e regiões, apoiamos a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e convocamos os trabalhadores a se mobilizar conosco para dar continuidade e avançar ainda mais nas transformações que o Brasil precisa.

Defendemos:

- Valorização permanente dos salários e do salário mínimo;
- Redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1;
- Combate à precarização, à informalidade, à pejotização e às terceirizações fraudulentas;
- Proteção trabalhista, previdenciária e social para todos os que trabalham, independentemente da ocupação;
- Fortalecimento dos Sindicatos e da representação coletiva, bem como a autonomia e valorização da negociação coletiva e do diálogo social como instrumentos fundamentais para conquistar direitos, regular as transformações no mundo do trabalho e distribuir os ganhos do desenvolvimento;
- Tecnologia e inteligência artificial a serviço da melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida do povo;
- Compartilhamento dos ganhos de produtividade, para que os avanços econômicos e tecnológicos se traduzam em melhorias pra todo o povo trabalhador;
- Política de segurança pública que proteja a população e garanta direitos;
- Firme combate ao feminicídio e a todas as formas de violência contra a mulher, com promoção da igualdade entre mulheres e homens, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação;
- Políticas públicas voltadas aos jovens, idosos, aos aposentados, com o fortalecimento da Política Nacional de Cuidados.

Por que apoiamos Lula:

Porque seu governo coloca o trabalho e a valorização dos trabalhadores no centro da estratégia de desenvolvimento do País e assume compromisso com a Pauta da Classe Trabalhadora.

Porque é o candidato que apresenta propostas de crescimento com investimento em educação, formação, inovação e elevação da produtividade, como também prioriza o fortalecimento da Nova Indústria Brasil e o domínio de tecnologias estratégicas, inclusive as relacionadas a terras raras, transformando nossas riquezas naturais em desenvolvimento e gerando trabalho decente, empregos de qualidade, melhores salários e uma distribuição mais justa da riqueza produzida pelo trabalho de todos.

Porque tem compromisso com a soberania nacional, a

Brasília-DF, 25 de agosto de 2026

liberdade, a democracia, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Porque Lula propõe uma transição ecológica e tecnológica justa, capaz de proteger trabalhadores, comunidades e territórios e, ao mesmo tempo, criar novas oportunidades de trabalho de qualidade.

Porque, com Lula, o Brasil avançou combinando crescimento econômico, valorização do trabalho, inclusão social e fortalecimento da democracia.

É nesse caminho que queremos avançar ainda mais, com Lula Presidente!

Fonte: Agência Sindical

PEC 221/19: Relator sinaliza avanço do fim da escala 6x1

Omar Aziz deve apresentar parecer nesta terça-feira (25), enquanto a CCJ promove audiência pública na quarta (26). Proposta reduz jornada para 40 horas semanais, garante 2 dias de descanso e mantém salários



A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 221/19, dos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (PSol-SP), que reduz a jornada de trabalho e acaba, na prática, com a escala 6x1, entra nesta semana em etapa decisiva no Senado.

O relator na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), senador Omar Aziz (PSD-AM), deverá apresentar parecer nesta terça-feira (25), abrindo caminho para o debate da matéria no colegiado. Na quarta-feira (26), a comissão realiza audiência pública para discutir os impactos da proposta.

A movimentação ocorre poucos dias depois de a PEC chegar formalmente à CCJ, após permanecer por 85 dias à espera de despacho no Senado. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), encaminhou a matéria à comissão na sexta-feira (21) e designou Aziz como relator.

Relator a favor

Aziz já declarou ser favorável ao mérito da PEC e à transição aprovada pela Câmara dos Deputados. Em

declaração divulgada após assumir a relatoria, o senador defendeu a redução da jornada também sob o argumento de que menos horas trabalhadas podem resultar em maior produtividade.

“Há questão mental das pessoas. Está comprovado que quanto menos horas de trabalho, mais você produz. O que as empresas da indústria querem é a qualidade do serviço e aumento de produção. Por isso, o fim da escala 6x1 é uma necessidade do Brasil. Vamos votar por isso ainda esse ano”, afirmou Aziz.

A posição do relator reduz a incerteza sobre o mérito da proposta, mas não elimina a disputa política em torno do texto. A expectativa é que a audiência pública e as conversas com senadores e lideranças sirvam para construir consenso sobre a tramitação e eventuais ajustes.

O que muda

A PEC 221/19, estabelece a redução do limite máximo da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, e prevê 2 dias de repouso semanal remunerado. A mudança seria implementada de forma progressiva.

O texto aprovado pela Câmara prevê a primeira redução de 2 horas semanais 60 dias após a promulgação e outra redução de 2 horas 1 ano depois, até chegar às 40 horas. Segundo Aziz, essa transição deve ser preservada em seu parecer.

Na prática, a proposta cria condições constitucionais para a substituição da tradicional escala 6x1 — 6 dias de trabalho para 1 de descanso — por organização com 5 dias trabalhados e 2 de descanso, sem corte nos salários.

Audiência pública

A audiência pública de quarta-feira coloca em primeiro plano justamente os argumentos que deverão marcar a disputa no Senado: produtividade, emprego, renda, custos empresariais, organização das jornadas e qualidade de vida.

O tema já provocou intenso debate na Câmara. Requerimentos apresentados durante a tramitação da proposta solicitaram a participação de representantes de entidades empresariais, trabalhadores e instituições como CNI, CNC, Sebrae, Abrasel e Associação Brasileira de Supermercados, além de órgãos públicos e especialistas.

O embate tende a reproduzir, no Senado, 2 visões distintas. De um lado, representantes do setor produtivo, leia-se patronal, alertam para possíveis impactos sobre custos, escalas e funcionamento de atividades contínuas.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2026

De outro, defensores da redução da jornada sustentam que a medida pode melhorar a qualidade de vida, ampliar o tempo de descanso e convivência familiar e estimular ganhos de produtividade. Além de aumentar a empregabilidade.

Prioridade no Senado

A liderança do governo no Senado já classificou a PEC 221/19 como uma das prioridades da pauta trabalhista. A senadora Teresa Leitão (PT-PE) afirmou que pretende conversar com o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), para acelerar a tramitação e buscar a votação da matéria durante o próximo esforço concentrado do Senado.

“Essas duas questões [...] são fundamentais para os trabalhadores, para o mundo do trabalho e para o País”, declarou, ao se referir à PEC da jornada e à proposta de segurança pública.

O próprio Aziz havia indicado que pretendia trabalhar para que o relatório estivesse pronto na semana de esforço concentrado, entre 31 de agosto e 4 de setembro, período que antecede o primeiro turno das eleições.

Tramitação

A CCJ é a primeira etapa da tramitação da PEC no Senado. Depois da análise e eventual aprovação pela comissão, a matéria seguirá para o plenário, onde, por se tratar de proposta de emenda à Constituição, precisará ser aprovada em 2 turnos, com quórum qualificado de no mínimo 49 votos favoráveis.

Caso o Senado aprove exatamente o texto oriundo da Câmara, a proposta poderá seguir para promulgação. Se houver mudanças no conteúdo, a matéria terá de retornar à Câmara para nova apreciação.

A PEC chega, portanto, à fase em que a discussão deixa de ser apenas sobre a oportunidade de acabar com a escala 6x1 e passa a envolver como, quando e em que condições a redução da jornada será implantada.

Disputa política

O avanço da PEC recoloca no centro da agenda do Congresso uma das principais reivindicações do movimento sindical e de setores da sociedade que defendem a redução da jornada. Ao mesmo tempo, abre nova frente de negociação com o empresariado, que deverá pressionar por mudanças ou salvaguardas no texto.

O dado político mais relevante, neste momento, é que o relator escolhido para conduzir a matéria na CCJ declarou-se favorável ao mérito da proposta e à transição aprovada pelos deputados. A partir desta

semana, a disputa tende a se concentrar menos na admissibilidade da PEC e mais na construção dos votos necessários para fazê-la avançar no Senado.

Em resumo: a PEC 221/19 chega ao Senado em momento decisivo. Com parecer do relator e audiência pública previstos para esta semana, o debate sobre o fim da escala 6x1 entra definitivamente na agenda da CCJ.

Se conseguir superar essa etapa, a proposta estará mais próxima de chegar ao plenário e transformar a redução da jornada de trabalho em nova regra constitucional brasileira.

Fonte: Diap

Governo Lula avalia reajuste diferente para beneficiários do INSS, diz jornal

Discussão sobre mudanças de faixas entre ativos e pensionistas ainda está em fase de estudos e ideia é que reajuste seja acima da inflação



Em um eventual quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), membros da equipe econômica pretendem discutir a diferenciação da política de valorização do salário mínimo para trabalhadores da ativa e beneficiários do INSS. A informação foi confirmada pelo jornal Valor Econômico.

Segundo o veículo, técnicos fizeram simulações de cenários que preservariam ganhos acima da inflação para os dois grupos em ritmos distintos, mantendo os trabalhadores da ativa na regra atual e estabelecendo um percentual menor que o reajuste real de até 2,5% para os inativos.

A discussão entre os integrantes da equipe teria como intenção diminuir a pressão sobre as despesas obrigatórias e sinalizar ao mercado financeiro um maior compromisso do eventual novo governo com o ajuste fiscal.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2026

Ainda de acordo com o Valor, nenhuma decisão foi tomada sobre o assunto e qualquer eventual mudança passaria pela aprovação do presidente Lula. No momento a discussão se limite a estudos.

A ideia central é manter a valorização do salário mínimo para os trabalhadores da ativa, ao mesmo tempo em que mantém o reajuste de aposentadorias vinculadas ao salário mínimo crescendo em um ritmo menor, mas ainda acima da inflação. A longo prazo, a diferenciação teria efeitos cumulativos sobre as despesas obrigatórias.

Fonte: InfoMoney

Teletrabalho não justifica supressão de intervalo para amamentação

Magnific



Decisão considerou a proteção constitucional à maternidade e à infância

A 15ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) reformou uma sentença e condenou uma

empresa a pagar danos morais no valor de R\$ 10 mil por não conceder a uma trabalhadora, em regime de teletrabalho, intervalo para amamentação.

A sentença da 26ª Vara do Trabalho de São Paulo considerou a privação "mero descumprimento de uma obrigação contratual". Todavia, reconheceu tal ilicitude para fundamentar a rescisão indireta do contrato de trabalho por culpa da empresa.

Em defesa, a empresa alegou que cumpriu integralmente as obrigações legais e contratuais. Argumentou também que a prestação de serviços de forma remota garantia flexibilidade suficiente para fazer pausas de amamentação de forma autônoma.

Segundo os autos, a empresa não conseguiu comprovar que concedia o intervalo, já que nada constava nos controles de jornada juntados ao processo. Em depoimento pessoal, a trabalhadora afirmou ainda que teve negado o pedido para sair uma hora mais cedo a fim de amamentar o filho.

Desenvolvimento saudável

No acórdão, a desembargadora relatora Regina Celi Vieira Ferro destacou o artigo 396 da CLT, que garante à mulher trabalhadora o direito a dois descansos especiais de 30 minutos cada durante a jornada de trabalho para amamentar o próprio filho até que o bebê complete seis meses de idade.

Para a magistrada, a regra visa "garantir que o retorno da mulher ao mercado de trabalho não

inviabilize o aleitamento materno e o desenvolvimento saudável do menor".

Ao fundamentar a decisão, a julgadora lembrou que a proteção à maternidade e à infância encontra-se fixada no rol de direitos sociais da Constituição Federal.

Ela acrescentou ainda que a empregadora agiu com "negligência e abuso de poder diretivo" por suprimir os intervalos e submeter a trabalhadora a condições incompatíveis com o período da lactação.

"Impor à mãe o constrangimento de escolher entre as metas laborais e o sustento biológico de seu filho vulnerável atinge diretamente a sua dignidade existencial", concluiu. Com informações da assessoria de imprensa do TRT-2.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão

RORSum 1002155-25.2025.5.02.0026

Fonte: TST

**PLENÁRIA NACIONAL
CNTI 80 ANOS**



**UNIDOS NA LUTA,
PRESENTES NO FUTURO.**

14 a 18 de SETEMBRO de 2026

Local:
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA